



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades
Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL E LUTAS EMANCIPATÓRIAS: qual o compromisso da categoria profissional no combate ao racismo?

TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA ¹

Resumo: Neste artigo, apresentamos reflexões sobre a urgência em avançarmos no debate das relações étnico-raciais no âmbito da formação e trabalho profissional, compreendendo que não há oposição entre as lutas antirracista, anticapitalista e antisexistista. Reafirmamos a tradição marxista enquanto referência para essa discussão nos marcos da direção emancipatória do Projeto Ético-Político e evidenciamos alguns desafios teórico-políticos que ainda persistem e que precisam ser superados na arena da luta política e no interior da categoria profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão étnico-racial; Marxismo; Formação Profissional; Combate ao racismo institucional.

Abstract: In this article, we present reflections on the urgency of advancing in the debate on ethnic-racial relations in the context of training and professional work, understanding that there is no opposition between anti-racist, anti-capitalist and anti-sexist struggles. We reaffirm the Marxist tradition as a reference for this discussion within the framework of the emancipatory direction of the Ethical-Political Project and

1 Estudante de Pós-Graduação. Puc Sp

highlight some theoretical-political challenges that still persist and that need to be overcome in the arena of political struggle and within the professional category.

Keywords: Social service; Ethnic-racial issue; Marxism; Professional qualification; Combat institutional racism.

Introdução

O debate acerca das relações étnico-raciais, ao mesmo tempo em que ainda se coloca como um significativo desafio a ser enfrentado pelo Serviço Social brasileiro na atual quadra histórica – tendo em vista as lacunas presentes em relação a essa discussão no âmbito da formação e do trabalho profissional, bem como o próprio reconhecimento e esforço das entidades representativas da categoria em superar tais lacunas² – também se apresenta como uma potente possibilidade de coletivizar as lutas e reafirmar a direção emancipatória do Projeto Ético-Político construído pelo Serviço Social renovado nas últimas décadas, haja vista o acúmulo que vem sendo cada vez mais consolidado na profissão acerca do entendimento de que não há oposição entre as lutas contra o racismo, o capitalismo, o sexismo e a LGBTQIA+fobia.

Compreensão esta que tem contribuído para entendermos que para darmos conta de construir um horizonte estratégico revolucionário e de emancipação humana, radicalmente livre, as lutas contra o racismo e as opressões estruturais do capital precisam ser

2 É importante destacar que a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO, com importante destaque a partir de 2017, tem avançado significativamente no reconhecimento da necessidade e urgência do debate étnico-racial no âmbito da formação e do trabalho, construindo campanhas, materiais, documentos, debates públicos e posições coletivas que reafirmam a indissociabilidade entre as lutas contra o racismo, o capitalismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, evidenciando que a discussão sobre as relações étnico-raciais precisa compor de forma transversal a formação dos/as assistentes sociais brasileiros/as para, de fato, apreendermos a realidade numa perspectiva crítica e de totalidade histórica, conforme aponta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

enfrentadas coletivamente por todos/as aqueles/as que, de fato, se colocam nessa trincheira e se comprometem a construir uma outra sociabilidade, não sendo, portanto, uma tarefa e uma responsabilidade exclusiva dos/as trabalhadores/as, intelectuais e militantes negros/as e indígenas como tem sido historicamente, mas antes, deve ser parte constitutiva de qualquer projeto teórico-político comprometido com a superação radical do capitalismo.

É importante sinalizar também que tal esforço que vem sendo empreendido pelas entidades no reconhecimento sobre a urgência em avançar nessa pauta, sobretudo nesta metade da última década, reitera a coerência e a posição acertada das aguerridas mulheres negras assistentes sociais pioneiras no debate, visto que pelo menos desde a década de 1980 elas vêm contribuindo para evidenciar a necessidade da profissão reconhecer e assumir *coletivamente* a questão étnico-racial enquanto categoria de análise fundamental para compreensão da questão social no Brasil, tendo em vista nossas particularidades histórico-sociais, assentadas no colonialismo e no escravismo, que delinearão as bases necessárias para a consolidação da sociedade de capitalismo dependente neste território, uma vez que o racismo se coloca enquanto estrutural e estruturante das relações sociais, estando diretamente vinculado ao modo como se organiza a vida e a produção na sociedade capitalista (MOURA, 1983).

Nesse sentido, conforme aponta Almeida, Rocha e Branco (2019), o protagonismo destas assistentes sociais negras desde o VI CBAS de 1989, foi fundamental para abertura dessa pauta na agenda profissional, contribuindo também com o processo de redemocratização nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos progressistas e na própria renovação da profissão. Por isso, concordamos que:

Todo acúmulo que temos hoje, é caudatário desse legado construído coletivamente por essas profissionais negras, uma vez que esse movimento se constituiu como fator decisivo para trazer o debate para o interior do Serviço Social. O VI CBAS, ocorrido dez anos após o "Congresso da Virada" de 1979 e no bojo do processo de redemocratização no país, se tornou, portanto, essa referência na história profissional, cujo pioneirismo advém da inquietação e tensionamento dessas Assistentes Sociais que identificavam a ausência dessa discussão na profissão (MOREIRA, 2021, p. 84).

Desse modo, os avanços que vem sendo conquistados pela profissão, de forma coletiva na cena contemporânea, são reflexos de uma luta travada há décadas no interior da categoria, mas que se circunscreve no âmbito de uma luta política muito mais ampla e secular de enfrentamento ao racismo, protagonizada historicamente pelos grupos

socialmente inferiorizados devido sua pertença étnico-racial. Ou seja, apesar de ser um debate que tem se espalhado e tomado capilaridade no período mais recente na profissão, a luta contra o racismo não é algo episódico ou conjuntural, trata-se de uma luta engendrada há pelo menos 500 anos pelos povos indígenas, africanos/as e quilombolas no território nacional, desde a invasão colonial. Como evidencia Moura (1988), é preciso não esquecermos que, depois do Haiti, o Brasil é o país em que mais houveram revoltas, fugas e manifestações antiescravistas – o que evidencia quão longa é a tradição de lutas e resistências das populações de origem africana (e indígenas) em nosso país.

É nesta direção e coerência teórica e ético-política, pautada no acúmulo que vem sendo construído por antirracistas revolucionários/as, que se assenta nosso entendimento de que não é possível defender um mundo verdadeiramente livre para os povos negros e indígenas nos marcos do capitalismo, contudo, tal realidade também exige, no campo imediato, a construção de lutas concretas contra o racismo – sem perder de vista a necessidade da construção de um poder popular que vise não à manutenção e ao aprimoramento da sociedade de classes, mas o seu fim.

Nessa seara, o Serviço Social enquanto uma profissão que assume coletivamente o compromisso com o fim de toda forma de exploração, dominação e opressão, se colocando no horizonte de um projeto societário livre e emancipado, e que tem como razão de ser a questão social (Netto, 2001), possui responsabilidade ético-política em contribuir com a formação de assistentes sociais brasileiros comprometidos/as com o fim do racismo. Assim, as reflexões sucintamente aqui apresentadas, buscam reafirmar a urgência do debate étnico-racial na formação e trabalho profissional, com vistas à construção de competências profissionais efetivamente antirracistas, nos marcos da direção emancipatória do nosso projeto profissional.

Marxismo, raça e classe no contexto da luta de classes

Como ponto de partida, é importante sinalizar que a discussão acerca das relações étnico-raciais é um campo de disputa e que, tal como qualquer arena de luta política, há tendências teóricas que disputam hegemonia, dentre as quais, de viés liberal, antimarxista, pós-moderno e também pautadas na política identitária (Moreira, 2021). Contudo, paralelo a isso, também há um desafio significativo por parcela da esquerda marxista em reconhecer a

necessidade em avançarmos cada vez mais numa convergência entre as lutas antirracista, anticapitalista, antisexistista, antiimperialista e antilgbtqi+fóbica, isto é, uma dificuldade em reconhecer que a luta de classe não é e não pode ser abstrata, precisa estar sintonizada com os grupos socialmente minorizados e enfrentar as desigualdades e opressões estruturais que azeitam a máquina de exploração do capital.

No período mais recente, temos tido uma profusão de discussões acerca da dinâmica do racismo e como este estrutura e reproduz as desigualdades sociais históricas, todavia, nem sempre essas reflexões conseguem alcançar os fundamentos da produção social dessas desigualdades, e apontam enquanto saída a lógica do mercado, como é o caso da defesa do afroempreendedorismo e da representatividade por ela mesma, descolada de um projeto político de classe e revolucionário.

De outro lado, num aspecto mais teórico, temos tido avanços importantes – especialmente de jovens pesquisadores/as negros/as – que vem pautando o debate racial num campo crítico, de inspiração marxista e no bojo da tradição marxiana, mas esse tem se colocado como um terreno complexo de disputa. Conforme aponta Souza (2021), não raras vezes, presenciamos densas discussões sobre as possibilidades, ou não, de apreendermos a complexidade do racismo tendo como aporte teórico o marxismo, a relação entre raça e classe e a indissociabilidade das lutas antirracista e anticapitalista.

Desafios estes, que precisam ser frontalmente enfrentados e superados por essa parcela da esquerda marxista que ainda não deu conta (ou não quis) de superar a análise de classe como mera abstração, e insistem em pensar a classe, muitas vezes, como algo alheio à nossa realidade, fazendo uma transposição mecânica da realidade estudada por Marx e Engels na Europa, como se a classe trabalhadora brasileira não tivesse “cor”. Esse é um gargalo fulcral que nos impede de avançarmos cada vez mais numa convergência anticapitalista, anti-imperialista, antirracista e antisexistista, pois muitas vezes presenciamos “questões eivadas de reducionismo, superficialidades e falsas contradições, em meio às quais tanto os negadores do marxismo, quanto muitos marxistas, mantêm-se em situações que refletem, antes de mais nada, a recusa à própria realidade” (SOUZA, 2021, p. 21-22).

Acontecimentos recentes, como o assassinato de George Floyd em 2020, cuja repercussão ecoou mundialmente o movimento Black Lives Matter, impulsionaram discussões importantes sobre a temática, inclusive ganhando espaço midiático significativo, e contribuiu

para desmistificar a faceta do racismo e evidenciar que não vivenciamos uma democracia racial. Além disso, a pandemia da covid-19 aprofundou a ferida do racismo estrutural ao evidenciar de forma cínica e escancarada que são as populações socialmente racializadas aquelas que, historicamente, vivenciam situações de desvantagem social e no cenário pandêmico, foram as que mais morreram e menos foram vacinadas.

Nesse aspecto, o atual contexto que vivenciamos no Brasil e no mundo, nos convoca, mais que nunca, à responsabilidade ética e política de não apenas debater a questão étnico-racial com a devida seriedade e centralidade que ela demanda, mas também a criar estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo, haja vista que este é um elemento estrutural e estruturante das relações sociais.

O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo também é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade que impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as expressões da vida social e tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espraia mundialmente como padrão de poder (SILVA, 2020, p. 164-165).

O racismo é peça indispensável para o capitalismo, pois é o elemento que azeita a máquina de exploração e dominação do capital sobre os corpos racializados e também o sustentáculo de profundas iniquidades históricas vivenciadas pela maioria da população brasileira, que é constituída de negros e negras. Portanto, a discussão sobre o combate ao racismo é urgente pra todo conjunto da sociedade e, sobretudo, para uma profissão como o Serviço Social que construiu um projeto emancipatório, que se coloca contra toda forma de exploração e opressão, isto é, uma profissão comprometida com a crítica radical dessa sociabilidade. E esta crítica não se sustenta ou não atinge a raiz das desigualdades estruturantes do capitalismo, se não estivermos coletivamente compromissados/as com a luta contra o racismo.

Qualquer análise hoje que se proponha crítica, séria e numa perspectiva de totalidade histórica, não pode ser feita descolada das particularidades sócio históricas brasileiras. Não podemos perder de vista que as desigualdades sociais e de classe no

Brasil, são estruturadas e mediadas pelas desigualdades raciais e de gênero. Como destaca Almeida (2020), a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual, portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo.

Nessa direção, fazer uma análise coerente com o método marxiano que sustenta nossas análises no campo do Serviço Social, não supõe “recorte” de raça ou gênero na compreensão da classe trabalhadora brasileira e do segmento mais ultraexplorado pelo processo predatório do capital. Até mesmo porque, estamos falando de um país forjado pelo colonialismo, de capitalismo dependente, que para se consolidar lançou mão por quase quatro séculos da escravização de africanos/as e da exploração de toda suas riquezas, tecnologias e expertises, além da desumanização desses sujeitos e do estupro colonial. . Por isso, urge compreendermos a dinâmica do racismo atrelada a um contexto mais amplo,

na sua relação com a totalidade das relações sociais. Significa, pois, retirar o debate do campo reduzido do essencialismo identitário, da fragmentação e individualização liberal e evidenciar as conexões dinâmicas e complexas com a produção e reprodução da vida social na sociedade centrada na produção de valor (SOUZA, 2021, p. 22).

Deste modo, compreender nossa realidade hoje, pressupõe apreendermos os fundamentos da produção social dessa desigualdade, que assenta raízes no processo de construção social da noção de raça e que, a partir disso, instaurou-se uma divisão racial do trabalho que foi a estratégia utilizada para dinamizar o processo de acumulação e desenvolvimento capitalista na América – com pungentes particularidades no contexto latino-americano, como vai evidenciar o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005). Toda essa construção social, histórica, vai fazer com que a população negra – não por acaso – esteja na base da pirâmide social brasileira e liderando o ranking de todas as multifacetadas formas de violação e não acesso a direitos, desigualdades e violências.

Nesse aspecto, compreendemos que combater o racismo é tarefa imediata e imprescindível para todos/as aqueles/as que se colocam, verdadeiramente, na trincheira de luta contra toda forma de exploração, dominação, opressão. É tarefa urgente de todos/as que acreditam e apostam na construção de outra ordem societária. Portanto, é uma luta que não pode se restringir a negros e negras e as populações indígenas, haja vista que trata-se de uma luta estrutural contra o sistema de exploração/dominação capitalista.

Não é sem motivos que Ângela Davis, ao se referir à situação da população negra, especialmente das mulheres negras, sinaliza que: *“quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se isso, muda-se a base do capitalismo”*³. Exatamente por isso, é preciso termos nítido que não há divergências entre as lutas anticapitalista, antirracista e antissexista; pelo contrário: a luta contra o capital apenas se torna efetiva quando damos materialidade e reconhecemos os grupos que mais vivenciam as desigualdades produzidas no interior dessa sociedade de classes.

Por outro lado, é fundamental termos nítido que temos um desafio secular que é combater o falacioso discurso de que vivemos numa sociedade de harmonia entre as raças. O mito da democracia racial, produziu em nossa sociedade uma naturalização das desigualdades vivenciadas por grupos socialmente racializados, como se a população negra tivesse as mesmas oportunidades e, por isso, as diversas formas de iniquidades vivenciadas por negros e negras fossem decorrentes da falta de esforço ou de uma suposta baixa-moralidade.

Frases como *“todos somos iguais perante a lei”*, *“somos todos uma raça só: a humana”* ou *“todo mundo tem oportunidade, basta se esforçar”*, não são alheias ao nosso cotidiano. Superar o falacioso mito da democracia racial é um dos principais desafios para o reconhecimento da existência do racismo e construção de estratégias coletivas para seu enfrentamento. Como já nos alertou há tempos Lélia Gonzalez (1984, p. 228), *“como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”*.

Não podemos nos esquecer que a suposta igualdade jurídico-formal no capitalismo é subordinada ao projeto colonial de poder e que a hierarquização racial – a partir de um grupo branco europeu que se auto-intituiu como superior e nomeou todos os *outros* como inferiores – vai estabelecer relações desiguais e hierarquizadas com base na pertença étnico-racial. Em outros termos: essa métrica designa quem é concebido ou não como humano. Exatamente por isso, precisamos apreender os nexos estruturantes da desigualdade capitalista em nossa realidade, a partir dos seus fundamentos, e veremos como a tríade gênero-raça-classe se coloca de forma indissociável na estruturação destas assimetrias.

3 Discurso de Ângela Davis durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 de julho de 2017, na cidade de Cachoeira-BA.

Notas sobre o debate étnico-racial na formação profissional

Os desafios para incorporação desse debate, estão associados aos desafios mais gerais do conjunto da sociedade em entender a importância dessa discussão. Ainda que tenhamos tido contribuições fundamentais de diversas assistentes sociais negras desde a década de 1980, especialmente a partir do VI CBAS em 1989, isso infelizmente não foi suficiente para a profissão incorporar esse debate de forma coletiva e com a importância e centralidade que ele demanda. Concordamos com Guimarães (1995), que falar em racismo no Brasil ainda é tabu, visto que os/as brasileiros/as imaginam viver, de fato, numa democracia racial. Nesse aspecto, a invisibilidade dessa discussão – que é encontrada dentro e fora do Serviço Social – está ancorada nessa concepção de uma suposta harmonia entre as raças e que, portanto, não se coloca com uma questão necessária a ser estudada. Se o Serviço Social em sua gênese era reprodutor acrítico do mito da democracia racial, não significa que hoje tenhamos superado totalmente essa questão. É nítido que avançamos significativamente, mas os desafios estão colocados.

Outra questão importante que precisamos refletir é que apartado desse debate, não é possível materializarmos a proposta de formação contida nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996), que é objeto de nossa permanente e constante defesa. Não é possível porque sem a compreensão do racismo estrutural, a análise de totalidade da realidade, que é algo fundamental para nós, fica prejudicada. Vale lembrar que Clovis Moura (1983) sinaliza que não nos debruçarmos a compreender o que significou os quase quatrocentos anos de escravismo colonial no Brasil, é escamotear e desconsiderar o que estrutura nossa formação social.

Não podemos perder de vista que nossa profissão, tal como enfatizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), exige uma formação que possibilite a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, compreensão sobre a formação socio histórica e suas particularidades no país e, nesse entorno, apreensão das demandas postas à profissão no contexto das relações sociais. Se isso é fundamental para garantir a formação do perfil profissional crítico que defendemos, será que sem olhar para a dinâmica das relações étnico-raciais, que é estrutural e estruturante da nossa formação social, é possível compreender essa realidade que estamos inseridos/as e que intervimos enquanto

assistentes sociais?

O outro elemento é que tendo o Serviço Social como principal objeto de intervenção a “questão social” e suas expressões – visto que essa é a razão de ser da profissão Netto (2001) – não estudar e se debruçar sobre a questão étnico-racial, também implica que a própria compreensão sobre esse objeto central para a profissão, será deficitária. De acordo com Tereza Martins (2013, p. 12), em nossa realidade, “[...] as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades histórico-sociais, interferindo, agravando e aprofundando a conformação da ‘questão social’.” Nesse aspecto, pensar a “questão social” e suas expressões em nossa realidade, não pode ser desvinculado desses elementos que estruturam nossa formação, pois eles mediam e dão contornos particulares à “questão social” brasileira.

Importante refletir também, que não tomarmos esse debate com a importância que ele demanda, significa abrir brecha pra que outras tendências disputem esse projeto.

Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais (ROCHA, 2014, p. 304).

Precisamos entender, portanto, que essa responsabilidade não pode ficar ao cabo de professores/as e pesquisadores/as negros/as, deve ser de todos/as que defendem e acreditam – de fato – na direção emancipatória do nosso projeto profissional. Esse debate não pode ser visto como algo simplesmente temático, numa perspectiva fragmentada: deve ser incorporado enquanto viés analítico, perpassando todos os conteúdos e também garantindo sua especificidade. Já temos produções e acúmulos suficientes pra avançar, pois além de toda produção de pesquisadores/as da área, as entidades profissionais vem contribuindo significativamente com elementos para o debate e aqui destacamos o documento produzido pela ABEPSS “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em

Serviço Social”⁴. Temos ponto de partida suficiente, o desafio colocado no tempo presente é compreendermos a importância desse debate e avançarmos coletivamente.

Não podemos nos esquecer que ao nos furtarmos de debater e enfrentar de forma coletiva o racismo, iremos contribuir para a permanência de uma contradição no interior desse projeto que defendemos, pois sem esse debate é impossível ser coerente com a direção emancipatória alicerçada no Projeto Ético-Político que vem sendo construído coletivamente a partir da “virada” da história da profissão há pelo menos 40 anos.

Trabalho profissional e combate ao racismo institucional

Esta conjuntura profundamente adversa que temos vivido – especialmente a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 que culminou no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, mas com significativa intensificação a partir do desgoverno Bolsonaro-Mourão – não só nos afeta diretamente enquanto classe que vive do trabalho, como impacta bruscamente nosso cotidiano profissional.

Temos sido impelidos/as a atuar em meio a gestão da pobreza, com políticas sociais cada vez mais focalizadas, seletivistas, com significativo retorno ao assistencialismo, desqualificação do nosso trabalho profissional e tantos outros dilemas e velhas requisições que temos tentado superar nas últimas décadas. Apontando, especialmente, para o agravamento de um cenário já sinalizado por Yazbek (2012) que é a despolitização e a refilantropização do enfrentamento da questão social brasileira.

Sabemos que a desqualificação e a redução do papel do Estado são frequentemente invocadas como estratégias da ideologia neoliberal, que defende o “Estado mínimo” para a classe trabalhadora, mas, inversamente, garante o “Estado máximo” para o capital (Netto, 2012). A realidade trágica que temos vivenciado, não nos deixa dúvidas disso. A saída para seu enfrentamento, obviamente, precisa se dar no contexto mais amplo das lutas da classe que vive do trabalho – com vistas à construção de uma sociedade radicalmente livre, emancipada, fraterna e comum a todos/as.

Mas, no cotidiano das nossas relações, contribuir para o enfrentamento ao racismo e

4 Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf.

todas as formas de desigualdades, desproteções e violações de direitos vivenciadas pelos sujeitos que atendemos, não se trata de escolha: trata-se de um compromisso ético-político, firmado em nosso Código de Ética Profissional (1993), especialmente nos seguintes princípios: II) a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; VI) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; e VIII) opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Só estaremos em sintonia, de fato, com essa direção crítica construída pela profissão quando compreendermos que a classe trabalhadora que atendemos – e que tanto reafirmamos nosso compromisso – não é mera abstração: ela tem raça, gênero, sexualidade, território, geração. Isso não pode ser desconsiderado na análise, se a expectativa realmente for construir um trabalho profissional comprometido e de qualidade.

Como nos chama atenção Guerra (2018), a perspectiva crítica que sustenta a formação de assistentes sociais no Brasil, apreende que as próprias contradições da realidade colocam e recolocam os elementos que devem direcionar nossa formação e trabalho, para respondermos aos reais dilemas do tempo presente. Nesse sentido, “a formação tem que ser situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante” (GUERRA, 2018, p. 25).

E essa conjuntura, como vimos, tem nos saltado aos olhos que não vivemos uma democracia racial. Tem escancarado que são as populações negras e indígenas, em especial, que cada vez mais tem vivenciado situações degradantes e também têm engrossado as filas dos diversos espaços sócio ocupacionais em que atuamos em busca dos serviços e esta realidade cada vez mais tem desafiado a profissão a qualificar a formação e o trabalho, com vistas a construir respostas profissionais coerentes com as diversas expressões da questão social que se colocam no cotidiano, que são atravessadas medularmente pelas desigualdades raciais e de gênero. Por isso, qualquer análise séria que objetive alterar essa realidade, deve considerar o racismo e o sexismo enquanto pilares estruturantes das desigualdades de classe.

Isso demanda a construção de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas efetivamente antirracistas e antissexistas. E é também na própria relação cotidiana com a população que atendemos, conhecendo realmente sua realidade, que vamos criando as estratégias necessárias. Não podemos esquecer que conhecer efetivamente o cotidiano da população que atendemos, “vai para além de conhecer o seu ‘registro de identidade’. É preciso conhecer a sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente” (ROCHA, 2014, p. 304).

Algumas considerações

Como evidenciado ao longo do texto, as desigualdades raciais e de gênero são pilares essenciais das desigualdades de classe no Brasil. As particularidades da nossa formação sócio histórica, assentadas no colonialismo, no escravismo e no sexismo, colocam contornos próprios para a dinâmica capitalista em nossa realidade, agravando a conformação da questão social no país e, ao mesmo tempo, exigindo ainda mais um olhar atento e crítico à nós assistentes sociais que intervimos nesse âmbito contraditório da relação entre capital e trabalho.

Em que pese os desafios e as lacunas históricas em relação ao debate étnico-racial no interior profissional, o Serviço Social brasileiro – sintonizado com o avanço das produções teórico-políticas críticas e com a própria dinâmica do real que cada vez mais vem tencionando a necessidade dessa discussão – tem avançado no sentido do reconhecimento da necessidade e urgência desse debate no campo da formação e do trabalho. Trata-se de uma compreensão necessária não apenas para apreender a realidade numa perspectiva crítica e de totalidade histórica, mas, fundamentalmente, para sermos coerentes com a direção emancipatória do Projeto Ético-Político profissional que é anticapitalista e, deve ser, por conseguinte, também antirracista e antissexista.

Raça & classe

Nossa pele teve maldição de raça
e exploração de classe

duas faces da mesma diáspora e desgraça

Nossa dor fez pacto antigo com todas as estradas do mundo
e cobre o corpo fechado e sem medo do sol

Nossa raça traz o selo dos sóis e luas dos séculos
a pele é mapa de pesadelos oceânicos
e orgulhosa moldura de cicatrizes quilombolas.

(Jamu Minka)

Referências

ALMEIDA, M. S.; ROCHA, R. F.; BRANCO, S. I. D. **Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro.** In: SILVA, M. L. O. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo, Cortez, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? Blog da Boitempo, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** 10. ed. Brasília, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUERRA, Yolanda. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica.** In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil.** Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 43, p.26-44, 1995.

MARTINS, T. C. S. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil.** Revista Inscrita, Brasília, n. 14, p. 11-17, 2013.

MOREIRA, T. W. F. **Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão.** Sociedade em Debate, Pelotas-RS, n. 27, p. 83-100,

2021. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MOREIRA, T. W. F. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. In: ABRAMIDES, M. B. C. **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. EDUC - PUC-SP, 2021.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Bahia, n.14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **Cem anos de abolição do escravismo no Brasil**. Princípios. São Paulo, n. 15, pp. 3-8, 1988.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Granfiline, 2001.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, 2005.

ROCHA, Roseli. **A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista**. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **Desafios à educação antirracista no Serviço Social: o racismo estrutural e a formação social e histórica brasileira**. In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiros Ferreira da. (orgs). Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Marx e o estudo da questão racial**: elementos para uma análise desde a América Latina. Revista Fim do Mundo, nº 4, p. 20-41, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.